



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE AGOSTO DE 2012

-----No dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dr^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, comparecendo os senhores Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pelo Assistente Técnico António José Rosa Gonçalves, secretário do Executivo em regime de substituição.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, solicitando a introdução do seguinte assunto na ordem de trabalhos:-----

3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade inserir o citado assunto na ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS; -----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS: -----

2.1 – RELAÇÃO DAS EMPREITADAS PÚBLICAS-----

2.2 – MUNICÍPIO DA SERTÃ/ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA MUNICÍPIA, SA-----

2.3 – PROVA DE CLCLISMO DE ESTRADA SKY ROAD/PEDIDO DE PARECER-----

2.4 – COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DAS LADEIRAS/ORGÃOS SOCIAIS-----

-----ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----
3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----
3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----
3.2 – PAGAMENTOS-----
3.3 – REQUISIÇÕES-----
3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----
3.5 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS-----
3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----
4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----
1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----
1.1 – FALTAS – Não houve.-----
1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a ata da reunião realizada no dia catorze de agosto do ano de dois mil e doze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----
2 - ASSUNTOS DIVERSOS:-----
2.1 – RELAÇÃO DAS EMPREITADAS PÚBLICAS – Relativamente ao presente assunto, a senhora Presidente deu a palavra aos senhores Vereadores para se pronunciarem.-----
-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que este assunto já tinha sido afluído na última reunião do Executivo. Mais referiu, que o documento entregue espelha o que são as empreitadas de uma Câmara Municipal e no caso concreto das do Município de Góis. É seu entendimento que algumas empreitadas estão a dilatar-se no tempo, verificando que é um procedimento de difícil inversão, salientando ainda, as dezoito empreitadas em curso, onde uma delas está em processo de devolução de faturas.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Referiu ainda, que das dezoito empreitadas em execução, sete não cumpriram com os prazos previstos, quatro tiveram autorização para prorrogação, situação que não é de todo atípica. Acrescentou, que as empreitadas, até pela experiência que teve em anteriores Executivos, nos quais foi Vereador do Pelouro das Obras, Urbanismo e Ambiente, não são o que gostaríamos que fossem na realidade, o que aliás está plasmado na relação entregue, afirmando estar solidário com o Vereador Mário Barata Garcia, o qual tem a seu cargo este mesmo Pelouro.-----

-----Mais referiu, que consultou o Portal *on-line* do Governo, tendo constatado que em algumas empreitadas existem diferenças entre o valor do contrato e o valor da adjudicação; ainda que não sejam diferenças consideráveis, parece-lhe que devia o Município analisar a informação que está disponível *on-line*, sobre este assunto.-----

-----Por último, referiu que existem várias obras que não estão publicitadas no já referido Portal, questionando da obrigatoriedade da publicitação das mesmas.----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia informou que o procedimento do Município tem cumprido a legislação em vigor no que concerne à publicitação das empreitadas. Contudo, considera pertinente solicitar parecer jurídico sobre este assunto, de forma a ficar devidamente esclarecido se todas as empreitadas, independentemente dos meios financeiros envolvidos, devem ser publicitadas no Portal do Governo criado para o efeito, e se essa mesma publicitação é apenas aquando do lançamento do procedimento concursal ou se é também na fase da adjudicação.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu ser sua preocupação o facto de o Município ao não publicitar todos os procedimentos, desde o lançamento da obra à adjudicação, se não está em incumprimento, podendo daí resultar eventuais problemas.-----

-----A senhora Presidente referiu que sobre as observações do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia relativas ao não cumprimento dos prazos de execução das empreitadas, não é novidade no Município de Góis, pese embora



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

o facto de que desde que assumiu a Presidência do Município, tenha sistematicamente exortado os Técnicos da DGUPA, responsáveis pelo acompanhamento das empreitadas, para a necessidade de se cumprir tudo o que está plasmado nos contratos celebrados entre o Município e as empresas adjudicatárias. Mais referiu, que reconhece que por vezes existem dificuldades das empresas em cumprir com os prazos, e no momento atual, derivado da crise, essas dificuldades vão-se agravando, mas é obrigação sempre do Município, salvaguardar e defender o interesse público e na maioria dos casos, ao não se accionarem as cláusulas contratuais relativas a incumprimentos de prazos, naturalmente que existem prejuízos e a satisfação das necessidades das populações é sempre mais tardia.-----

-----Prosseguiu, referindo que em qualquer caso é sempre responsável pelos incumprimentos, pelo que ao longo do mandato tem tentado sempre alertar os Técnicos da Câmara para a necessidade de um acompanhamento rigoroso e para a necessidade de se cumprirem os prazos de execução, o que não tem sido tarefa fácil, pois existem empresas que teimam em não cumprir com o Município de Góis, tanto no presente como no passado.-----

-----Mais referiu, que sempre que apela ao rigor na questão das empreitadas, não é seguramente para prejudicar as empresas, mas sim para cumprir a Lei e para resolver no menor espaço de tempo os problemas que afetam as populações.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que o atraso na conclusão, da maioria das empreitadas de deve, quer ao dono da obra, devido aos ligeiros ajustes ao projeto que incorpora no seu decurso, quer ao empreiteiro pela incorreta planificação dos trabalhos que tem em carteira. No entanto, das empreitadas a decorrer neste momento neste Município, e como exceção ao que se acaba de dizer, poder-se-á referir que o atraso na pavimentação da estrada da Murtinheira é da responsabilidade exclusiva do empreiteiro. -----

-----A senhora Presidente reafirmou que continua a defender que os contratos são para cumprir e que os Técnicos do Município devem ser solidários nestas



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

situações, tudo fazendo para que haja um cumprimento integral por parte das empresas, salvaguardando casos em que por motivos alheios às empresas, possam surgir atrasos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.2 – MUNICÍPIO DA SERTÃ/ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA MUNICÍPIA, SA

– A senhora Presidente informou que o Município da Sertã comunicou a esta Autarquia em 14.08.2012, a sua intenção de alienação de participação financeira de 1% do capital social da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação AM, S.A., referentes a 5000 ações subscritas, a que corresponde o montante de 24.950 euros.-----

-----Informou ainda que a presente comunicação prende-se com o facto de o Município de Góis, igualmente, na qualidade de acionista, poder exercer o direito de preferência e adquirir aquela participação de capital social.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não exercer o direito de preferência, previsto no nº 3, do artigo 6º, dos Estatutos da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação AM, S.A., na aquisição das referidas ações.-----

2.3 – PROVA DE CICLISMO DE ESTRADA SKY ROAD/PEDIDO DE PARECER

- Foi presente a comunicação do Município da Lousã, datada do pretérito dia 09.08.2012, solicitando autorização para a realização do evento desportivo denominado “Granfondo Sky Road Aldeias do Xisto”, que se realiza no próximo dia 13.10.2012, do qual o Município de Góis é parceiro, conjuntamente com a Entidade de Turismo do Centro e outros Municípios.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a passagem da referida prova, no concelho de Góis, desde que estejam reunidos os pareceres das Entidades competentes.-----

2.4 – COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DAS LADEIRAS/ÓRGÃOS SOCIAIS

- Foi presente a comunicação da Comissão de Melhoramentos de Ladeiras de Góis, datada de 13.08.2012, dando conhecimento dos Corpos Sociais para o biénio 2012/2014, apresentando votos ao Município de Góis e aos



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

seus mais altos representantes, de muitas felicidades e sucesso na conquista dos melhores objetivos para o nosso Concelho, na certeza de que as vitórias da Câmara Municipal, são as vitórias de todos os conterrâneos e amigos das Ladeiras.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e agradeceu a comunicação recebida, endereçando aos novos corpos sociais votos de êxito durante o seu mandato.----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:**-----

2.5 - INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE

SIMÕES GARCIA – O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que teve conhecimento, através do jornal “O Varzeense”, na sua edição do pretérito dia 30.06.2012, de uma escritura de justificação celebrada pelo Município de Góis, mormente de sete artigos rústicos, onde consta que essa mesma escritura foi efectuada tendo por base uma anterior deliberação Camarária, referindo não se recordar de alguns artigos descritos, aqui escriturados.-----

-----Referiu ainda, que tem reparado que a senhora Presidente tem revelado uma grande preocupação, relativamente à crise, a qual subscreve. Mais referiu, que leu atentamente a entrevista publicada no Varzeense onde era defendido “priorizar as prioridades” e ao mesmo tempo referia a necessidade de contenção nas despesas. Contudo, consultado o Portal dos Contratos Públicos e ao analisar os documentos internos do Município verifica que as despesas com a FACIG, particularmente com espetáculos, sanitários e alcatifa cifram-se na ordem dos 71.000 euros, sem esquecer o Protocolo celebrado com a ADIBER no âmbito do PACA e o apoio ao Góis Moto Clube, os quais envolvem meios financeiros também destinados à FACIG. Na sua opinião subscrita pela senhora Vereadora do PSD Maria Helena Antunes Barata Moniz, as despesas realizadas são um perfeito disparate.-----

-----Mais referiu, que algumas das despesas associadas à XX edição da FACIG eram desnecessárias nomeadamente os 3.500 € de alcatifa.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Continuou, referindo que com o montante investido neste Evento, pese embora entenda que seja uma opção política, e, que merece o seu respeito, o Município podia ter optado por um outro tipo de investimento, tendo exemplificado com a aquisição das ambulâncias para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, ou, construído alguns tanques de combate a incêndios, bem como, proceder ao alcatroamento da estrada da Murtinheira. Concluiu, ser entendimento dos Vereadores do Partido Social Democrata, que os valores dispendidos na realização da XXª FACIG e pelo estado de crise que o país atravessa, eram desnecessários.-----

-----Sobre a questão da Insolvência da J. B. Pires, Lda, referiu ter conhecimento oficiosamente, de já ter entrado no Tribunal o Plano de Recuperação da empresa.-----

-----Terminou a sua intervenção, questionando a senhora Presidente sobre o desenvolvimento em termos processuais relativos à Nature Sanus - Turismo S.A.-----

-----A senhora Presidente, referiu que sobre a escritura de justificação celebrada em junho de 2012, os artigos foram objeto de análise e apreciação em sede de reunião do Executivo municipal em março, abril e maio, bem como foi deliberado dar poderes à senhora Presidente da Câmara para outorgar a escritura.-----

-----Referiu, a título de informação que deu entrada no Município um processo de impugnação da referida escritura, protagonizado pelos compartes de Cortecega, Val de Moreiro e outros, no qual é colocado em causa a titularidade dos 21 prédios constantes da já referida escritura. Mais informou, que o Município é uma entidade de bem e que apenas defende o interesse municipal e público, não pretendendo em momento algum apropriar-se de património que terceiros afirmam não pertencer à Câmara Municipal porquanto são terrenos baldios.-----

-----Prosseguiu, afirmando que quando alertada “oficiosamente” para este eventual problema, tomou a iniciativa de contactar a Conservatória de Góis, na pessoa da senhora Notária, solicitando qual o procedimento a tomar pelo Município no caso de se verificarem que foram declarados artigos que não são



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

propriedade da Câmara Municipal, tendo a senhora Notária sugerido que aguarda-se, pois nada mais podia acrescentar, pois desconhecia se havia ou não impugnação por parte de terceiros dado que estavam a decorrer as férias judiciais.-----

-----A senhora Presidente reafirmou que o Município é uma entidade de bem e que bastava que os compartes já identificados tivessem proposto reunir com a Câmara, sem necessidade de recurso a impugnação, sem envolver Tribunal e sem necessidade de se gastar dinheiro com advogados, pois no decurso dos trinta dias após a celebração da escritura, detetada qualquer irregularidade e devidamente confirmada, cumpre ao Município não proceder ao registo de todos os prédios escriturados.-----

-----Por último, a senhora Presidente referiu, não se rever neste tipo de postura, pois no passado, já se resolveram outras questões, em reuniões por si promovidas, não necessitando por isso de se recorrer aos Tribunais, facto que lamenta.-----

-----No que concerne às despesas com a realização da XXª FACIG, referiu que a crise que estamos a atravessar, impõe constrangimentos e condicionalismos na atividade e gestão Municipal, o que nos exige uma maior seletividade e um rigor ainda maior naquilo que é a priorização das intervenções que temos vindo a fazer. Contudo, referiu que as prioridades e opções deste Executivo, não são naturalmente, as da Oposição, sendo seu entendimento que os Goianos merecem esta FACIG e o nível já atingido, o qual nos enche a todos de orgulho; afinal estamos a falar de um Evento anual, esperado por muitos e que culmina com a celebração do Dia do Município.-----

-----Referiu ainda, que se no passado, se não tivessem realizado a FACIG, já se poderiam ter adquirido várias ambulâncias ou realizado outras obras invocadas, bem como, o pagamento de algumas já executadas, dando como exemplo a liquidação à Firma Isidoro Correia da Silva, Lda, as quais terão que ser pagas, assim que se concluir o processo em curso, relativamente a este processo.-----

-----O investimento feito na FACIG também não podia ser canalizado para



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pavimentar a estrada da Murtinheira, pois trata-se de uma empreitada já adjudicada e com os meios financeiros acautelados, a não ser que se pagasse duas vezes o mesmo trabalho.-----

-----Relativamente ao montante dispendido com a aquisição de alcatifa para revestimento do espaço onde decorre a FACIG, referiu que escolherá sempre o melhor para garantir a qualidade dos eventos em Góis e neste caso concreto, este investimento permitiu melhor mobilidade no recinto, mais higiene e tornar o espaço mais aprazível e convidativo, para além da alcatifa pertença do Município servir também para outros eventos promovidos por entidades concelhias, não se esgotando a sua utilização nos eventos do Município.-----

-----Mais informou que no início do ano de 2012, começaram a ser feitos os primeiros contactos para o Programa da FACIG, embora já se falando da crise financeira, não havia nenhuma Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, pois a mesma surge em finais de fevereiro.-----

-----A senhora Presidente terminou a sua intervenção, referindo que nunca se apercebeu de nenhum Executivo ter tido a infeliz ideia de não realizar a FACIG, a fim de canalizar os montantes dispendidos para outro tipo de investimento, informando do compromisso que o Município tem com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis na aquisição de uma ambulância, o qual naturalmente não está esquecido. A XX edição da FACIG foi um êxito e os Goisenses merecem que as Festas anuais decorram com dignidade e qualidade.-

-----Prosseguiu, informando que sobre a questão da Nature Sanus - Turismo S.A., no pretérito dia 14.08.2012, realizou-se uma reunião do Conselho de Administração, para a qual foi convocada na qualidade de representante do Município de Góis, informando que por compromissos anteriormente agendados, não pode estar presente, tendo delegado no senhor Vice-Presidente. Contudo, no início da reunião foi transmitido ao senhor Vice-Presidente a impossibilidade de participar, embora pudesse estar presente somente como observador, uma vez que a senhora Presidente da Câmara só pode fazer-se representar em sede de reunião da Assembleia Geral.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Dada a palavra ao senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, teceu alguns considerandos sobre o teor da citada reunião, mais concretamente na questão ali abordada da eventual liquidação/dissolução da empresa. Referiu que este assunto está a ser acompanhado por Juristas, e que oportunamente serão prestadas as devidas informações sobre o seu desenvolvimento. -----

-----A senhora Presidente referiu que ainda sobre este assunto, está agendada nova reunião da Assembleia Geral desta empresa, para o dia 13 de Setembro.---

-----Por último, referiu que é intenção do Executivo acionar a cláusula de reversão da parcela adquirida pela Nature Sanus – Turismo S.A., de acordo com o parecer jurídico solicitado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.6 – INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA HELENA ANTUNES BARATA MONIZ

----- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou a senhora Presidente acerca do ponto de situação do protocolo celebrado entre o Município de Góis e uma empresa relativamente à instalação de pontos de recolha de vestuário usado, a fim destes serem reciclados.-----

-----A senhora Presidente informou a senhora Vereadora, que esse assunto foi despachado para a Divisão Social e Cultural a fim de procederem em conformidade com o acordo estabelecido com a empresa que se propôs realizar esse serviço. Mais informou, que vai averiguar sobre o ponto de situação do processo, prestando os necessários esclarecimentos na próxima reunião do Executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.7 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR MÁRIO BARATA GARCIA

----- O senhor Vereador Mário Barata Garcia propôs que sobre o conhecido cancelamento por parte deste Governo, das obras previstas e lançadas pelo anterior Governo, mais concretamente as que se referem à concessão do Pinhal Interior Norte, mormente a Estrada Nacional 342 e o IC3 terminar em Ceira, em plena Estrada Nacional 17, o que para o Concelho de Góis, considera mais uma



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

“machadada” nas nossas legítimas aspirações por uma melhor rede viária, a qual fica novamente comprometida. Devemos demonstrar o nosso protesto, de forma educada, a quem de direito. -----

-----Referiu que em seu entendimento se devia elaborar um texto de desagrado, para posteriormente ser enviado ao Governo e à Comunicação Social, referindo que são muitas contrariedades em tão pouco tempo e Góis é sempre o Concelho mais afectado, tanto quando há mais dinheiro no país, como quando há menos dinheiro.-----

-----A senhora Presidente bem como o restante Executivo, solidarizaram-se com as observações e proposta do senhor Vereador Mário Barata Garcia, pois Góis continua a ser o concelho cada vez mais prejudicado em termos de acessibilidades.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e sete de agosto do ano em curso, no montante de um milhão, cinquenta e cinco mil, trinta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos.-----

3.2 – PAGAMENTOS – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e doze, constantes nas ordens de pagamento número mil oitocentos e oito à mil novecentos e noventa e seis, no montante de quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e sete euros e noventa e três cêntimos.-----

3.3 – REQUISIÇÕES – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES - A Câmara tomou conhecimento de que não foi emitida nenhuma licença de obras particulares.-----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de autorização de utilização:-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----a) Número vinte e nove, requerida por Junta de Freguesia de Vila Nova de Ceira, Candosa – Vila Nova do Ceira.-----

-----b) Número trinta, requerida por Alexandre José Saraiva Rodrigues, Liboreiro – Góis.-----

3.5 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS – A senhora Presidente informou o Executivo, sobre as aquisições de serviços referentes ao mês de julho, conforme deliberação datada do dia dez de janeiro do corrente ano.-----

3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e oito de agosto do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a transferência corrente, no montante de dois mil e quinhentos euros, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----**DADA A PALAVRA AO PÚBLICO:**-----

-----a) O senhor Isidoro Correia da Silva, solicitou informação à senhora Presidente sobre os assuntos por si mencionados na última reunião do Executivo.-----

-----A senhora Presidente solicitou ao senhor Isidoro Correia da Silva que aguarda-se e que no final da presente reunião iria reunir com o empresário, a fim de prestar as devidas informações.-----

-----b) O senhor Victor Manuel Nogueira Dias questionou a senhora Presidente relativamente à solicitação referente ao Programa de Conforto Habitacional para Idosos, questionando ainda, sobre a data da cerimónia de entrega de bolsas a estudantes do ensino secundário e superior e, se a mesma seria aberta ao



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

público.-----

-----De seguida, fez alguns considerandos sobre os terrenos baldios da serra do Rabadão, tendo feito uma breve resenha histórica de toda esta matéria, acrescentando que julga ser actualmente o único elemento vivo que conhece desde o início deste processo.-----

-----A senhora Presidente deu conhecimento ao senhor Victor Manuel Nogueira Dias, que o assunto sobre o Programa de Conforto Habitacional para Idosos, transitou para o Dr. José Lameiras, informando o Munícipe que o mesmo se encontra em gozo de férias, mas que em breve será contactado, através do Técnico da Divisão Social e Cultural.-----

-----Sobre a questão levantada pelo Munícipe, da cerimónia de atribuição de bolsas a estudantes, a senhora Presidente referiu que a mesma será pública e ocorrerá no dia 03.09.2012, às 17 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho.-----

-----Sobre o processo dos baldios da serra do Rabadão, a senhora Presidente informou que o assunto está a ser acompanhado pelo senhor Consultor Jurídico, para posteriormente o Município se pronunciar.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade do Secretário. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário,
